



Juventude e formação profissional no contexto das reformas do ensino médio (1971-2017)

Prof. Ms. Salvador Rodrigues de Oliveira

Profa. Dra. Sueli Soares dos Santos Batista

Ao observar o histórico da educação brasileira, percebe-se o vigor do dualismo entre o ensino propedêutico e o profissionalizante. A busca pela superação desta dualidade tem definido a identidade do ensino médio. A partir de um estudo sobre as reformas educacionais constata-se que, em grande parte do século XX, manteve-se essa concepção dualista. Pode-se afirmar que os eventos que mais caracterizam a juventude, no Brasil de modo geral, são a escola e/ou a participação no mundo do trabalho.

Como tem se dado a construção de reformas educacionais admitindo-se a relação entre educação e trabalho à medida que a escolarização tem sido adotada como central nas políticas públicas que visam a inserção social dos jovens? A partir desta questão norteadora, o objetivo deste estudo é aprofundar quanto à concepção de programas e políticas educacionais a partir das reformas do ensino médio articulado ou não à profissionalização dos jovens.

Pode-se compreender que as mudanças ocorridas nas legislações educacionais a partir dos anos 1970 têm sido para cumprir formalidades de natureza quantitativa e econômica e enfrenta desafios para promover a emancipação do jovem por meio da educação.

Na década de 1970, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei nº 5.692/71. Essa lei estabelecia que os cursos denominados no nível de 2º grau deveriam obrigatoriamente destinar-se a uma habilitação profissional plena ou parcial (a escolha do aluno), visando à superação do dualismo nesse nível de ensino. Essa obrigatoriedade causou bastante resistência de alunos e pais que priorizavam uma educação propedêutica e de empresários do ramo educacional. A Lei Federal nº 7.044/82 suspendeu a obrigatoriedade de profissionalização no 2º grau, favorecendo ainda mais a intensificação do dualismo.

A necessária reforma do ensino médio, questão essa de caráter amplo do ponto de vista político, econômico e cultural, algo que não se resolve sem importantes investimentos e promoção social da juventude, tem sido tratada de maneira a minimizar a amplitude do problema e superdimensionar o papel a ser exercido por reformas curriculares, sem o diálogo necessário com a comunidade escolar.

Pode-se compreender que as mudanças ocorridas nas legislações educacionais nos últimos anos têm sido para cumprir formalidades de natureza quantitativa e econômica e enfrenta desafios para promover a emancipação do jovem por meio da educação. Um aspecto revelador desse processo é a permanência de reformas educacionais que priorizam a busca de uma inserção rápida no mercado de trabalho sem que essa inserção se converta em melhores níveis de escolarização dos jovens.



Palavras-chave: Juventude, educação e trabalho. Educação Profissional e Tecnológica. Políticas educacionais.